



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 13907.000153/91-51

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 01/12/1994
C	Rubrica

Sessão de: 26 de abril de 1994
Recurso nº: 95.364
Recorrente: HILDEGARD KOBELITZ
Recorrida: DRF EM LONDRINA - PR

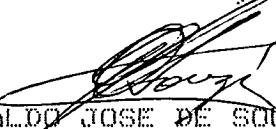
ACORDÃO Nº 203-01.394

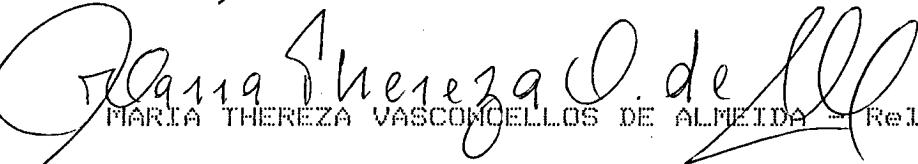
ITR - ÁREA DESAPROPRIADA - A divulgação do decreto desapropriatório, instrumento legal cabível, referente à área questionada, feita por meio do órgão oficial apropriado para tal, não pode ser ignorada. O documento público promulgado ilide a cobrança fiscal. Recurso provido.

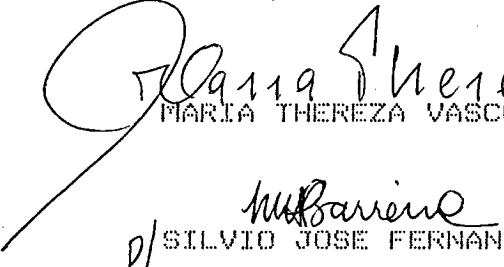
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por HILDEGARD KOBELITZ.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos**, em dar provimento do recurso. Ausentes os Conselheiros MAURO WASILEWSKI, TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1994.


OSVALDO JOSE DE SOUZA - Presidente


MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA - Relatora


SILVIO JOSE FERNANDES - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 19 MAI 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, SERGIO AFANASIEFF e CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI.

HR/mdm/AC/GS/JA



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 13907.000153/91-51

Recurso N°: 95.364

Acórdão N°: 203-01.394

Recorrente: HILDEGARD KUBLITZ

R E L A T O R I O

À contribuinte devidamente identificada nos autos impugna (fls. 01) lançamento do ITR/91 (fls.02), relativo ao imóvel rural denominado Ilha das Peças, Município de Guaraqueçaba-PR, cadastrado no INCRA sob o Código nº 702 021 274 038 8, com área total de 755,9 ha, totalizando o crédito tributário no valor de Cr\$ 1.038.841,79.

Considera-se injustificada, vez que, segundo alega, a propriedade foi desapropriada em 1989, conforme publicação estampada no Diário Oficial da União. Assim, pede o cancelamento da cobrança fiscal.

Através de expediente encaminhado à interessada (fls. 04), a Delegacia da Receita Federal, em Londrina, solicita a apresentação de documentação comprobatória da desapropriação efetiva do imóvel discutido, concedendo um prazo de 20 (vinte) dias para o cumprimento da exigência.

Dentro do prazo estipulado, trouxe a impugnante, aos autos, cópia do Diário Oficial datado de 26.04.89 (fls. 07/08) com publicação referente a dispositivo legal, Decreto nº 97.688/89, criando o Parque Nacional de Superagui, abrangendo as terras em discussão.

A fls. 09/10, através da Decisão nº 54/93, a autoridade julgadora entendeu ser o lançamento procedente, conforme prova a ementa aqui transcrita:

"ITR - EXERCICIO DE 1991 - Mantém-se a exigência fiscal por falta de elementos que comprovem a efetiva desapropriação do imóvel.
LANÇAMENTO PROCEDENTE."

Através de Recurso interposto (fls. 11/12), a contribuinte interessada, irresignada com a decisão de Primeira Instância, argumenta que, devido a flagrante restrição impostas, se encontra impedida do pleno uso, gozo e disposição da propriedade da qual a rigor não é mais dona.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 13907.000153/91-51
Acórdão no 203-01.394

17

Considera assim não ser justa a exigência tributária, pedindo seu cancelamento.

Junta documento expedido pelo IBAMA do Paraná, com informações pertinentes (fls. 13).

E o relatório.

10



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 13907.000153/91-51

Acórdão no 203-01.394

97

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA
MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA

O processo se encontra devidamente instruído, tendo o Recurso sido apresentado na forma legal.

Quanto ao mérito, conforme relatado, considero haver pouco a ser discutido.

Com efeito, trazendo a recorrente aos autos cópia do órgão oficial de publicações legais, onde se encontra impresso o devido instrumento legal de desapropriação das terras, não há como se lhe tirar a razão.

A publicação divulgando o Decreto no 97.688/89 foi efetivada em 26/04/89, em data anterior ao lançamento, relativo a 1991.

Por outro lado, o dispositivo legal mencionado é claro, em primeiro lugar, quando cita, expressamente no art. 2º, "ÁREA II," a propriedade "Ilha das Peças" como inclusa no Parque de Superagui, criado por seu intermédio. Em segundo lugar, quando no seu art. 4º, dispõe, *verbis*:

"....."

Art. 4º - As terras e benfeitorias localizadas dentro dos limites descritos no art. 2º deste Decreto ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação.

"....."

Ressaltando que a ninguém é dado ignorar a legislação vinda à público, através do órgão divulgador competente, conhecendo o Recurso e, no mérito, dou-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1994.

MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA